

ATA N.º 6/2024
ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE S. JOÃO DA PESQUEIRA, REALIZADA
EM 19 DE DEZEMBRO DE 2024

Aos dezanove dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e quatro, pelas catorze horas e quinze, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu a Assembleia Municipal de São João da Pesqueira, por convocatória do seu Presidente, datada de dez de dezembro do ano corrente, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- Ponto 1 - Apreciação da Atividade Municipal/Informação do Auditor Externo referente ao 1.º Semestre de 2024;
- Ponto 2 - Análise, discussão e votação da Proposta de Fixação da Taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis Urbanos para efeitos da alínea c) do n.º 1 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro;
- Ponto 3 - Análise, discussão e votação da Proposta de Fixação da Participação Variável no IRS, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 26.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Lei das Finanças Locais);
- Ponto 4 - Análise, discussão e votação das Demonstrações Previsionais para o ano de 2025;
- Ponto 5 - Análise, discussão e votação do Mapa de Pessoal para o ano de 2025;
- Ponto 6 - Análise, discussão e votação da Fixação da Taxa Municipal dos Direitos de Passagem para 2025;
- Ponto 7 - Análise, discussão e votação do Protocolo de Colaboração de Apoio Financeiro para a realização de investimentos diversos por parte da Freguesia de Castanheiro do Sul;
- Ponto 8 - Análise, discussão e votação do Protocolo de Colaboração de Apoio Financeiro para a realização de investimentos diversos por parte da Freguesia de Ervedosa do Douro;
- Ponto 9 - Análise, discussão e votação do Protocolo de Colaboração de Apoio Financeiro para a realização de investimentos diversos por parte da Freguesia de Nagoselo do Douro;
- Ponto 10 - Análise, discussão e votação do Protocolo de Colaboração de Apoio Financeiro para a realização de investimentos diversos por parte da Freguesia de Paredes da Beira;
- Ponto 11 - Análise, discussão e votação do Protocolo de Colaboração de Apoio Financeiro para a realização de investimentos diversos por parte da Freguesia de Riodades;
- Ponto 12 - Análise, discussão e votação do Protocolo de Colaboração de Apoio Financeiro para a realização de investimentos diversos por parte da Freguesia de Soutelo do Douro;
- Ponto 13 - Análise, discussão e votação do Protocolo de Colaboração de Apoio Financeiro para a realização de investimentos diversos por parte da Freguesia de Vale de Figueira;
- Ponto 14 - Análise, discussão e votação do Protocolo de Colaboração de Apoio Financeiro para a realização de investimentos diversos por parte da Freguesia de Valongo dos Azeites;
- Ponto 15 - Análise, discussão e votação do Protocolo de Colaboração de Apoio Financeiro para a realização de investimentos diversos por parte da União de Freguesias de S. João da Pesqueira e Várzea de Trevões;
- Ponto 16 - Análise, discussão e votação do Protocolo de Colaboração de Apoio Financeiro para a realização de investimentos diversos por parte da União de Freguesias de Trevões e Espinhosa;

- Ponto 17 -** Análise, discussão e votação do Protocolo de Colaboração de Apoio Financeiro para a realização de investimentos diversos por parte da União de Freguesias de Vilarouco e Pereiros;
- Ponto 18 -** Análise, discussão e votação da Proposta de Minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competência entre o Município de S. João da Pesqueira e a freguesia de Ervedosa do Douro;
- Ponto 19 -** Análise, discussão e votação da Proposta de Minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competência entre o Município de S. João da Pesqueira e a freguesia de Paredes da Beira;
- Ponto 20 -** Análise, discussão e votação da Proposta de Minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competência entre o Município de S. João da Pesqueira e a freguesia de Riodades;
- Ponto 21 -** Análise, discussão e votação da Proposta de Minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competência entre o Município de S. João da Pesqueira e a freguesia de Vale de Figueira;
- Ponto 22 -** Análise, discussão e votação da Proposta de Minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competência entre o Município de S. João da Pesqueira e a União de Freguesias de São João da Pesqueira e Várzea de Trevões;
- Ponto 23 -** Análise, discussão e votação da Proposta de Minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competência entre o Município de S. João da Pesqueira e a União de Freguesias de Trevões e Espinhosa;
- Ponto 24 -** Análise, discussão e votação da Proposta de Minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competência entre o Município de S. João da Pesqueira e a União de Freguesias de Vilarouco e Pereiros;
- Ponto 25 -** Análise, discussão e votação do quadro de transferência de competências para a freguesia de Castanheiro do Sul;
- Ponto 26 -** Análise, discussão e votação do quadro de transferência de competências para a freguesia de Ervedosa do Douro;
- Ponto 27 -** Análise, discussão e votação do quadro de transferência de competências para a freguesia de Nagoelo do Douro;
- Ponto 28 -** Análise, discussão e votação do quadro de transferência de competências para a freguesia de Paredes da Beira;
- Ponto 29 -** Análise, discussão e votação do quadro de transferência de competências para a freguesia de Riodades;
- Ponto 30 -** Análise, discussão e votação do quadro de transferência de competências para a freguesia de Soutelo do Douro;
- Ponto 31 -** Análise, discussão e votação do quadro de transferência de competências para a freguesia de Vale de Figueira;
- Ponto 32 -** Análise, discussão e votação do quadro de transferência de competências para a freguesia de Valongo dos Azeites;
- Ponto 33 -** Análise, discussão e votação do quadro de transferência de competências para a União de freguesias de S. João da Pesqueira e Várzea de Trevões;
- Ponto 34 -** Análise, discussão e votação do quadro de transferência de competências para a União de freguesias de Trevões e Espinhosa;
- Ponto 35 -** Análise, discussão e votação do quadro de transferência de competências para a União de freguesias de Vilarouco e Pereiros;

- Ponto 36 -** Análise, discussão e votação da Carta Educativa de 2.^a geração do Município de São João da Pesqueira;
- Ponto 37 -** Análise, discussão e votação do pedido de Reconhecimento de Empreendimento de Carácter Estratégico de um Empreendimento turístico em espaço rural;
- Ponto 38 -** Análise, discussão e votação do pedido de Autorização para Assunção de Compromissos Plurianuais – comparticipação financeira à Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de São João da Pesqueira para construção de uma Unidade de Cuidados Continuados;
- Ponto 39 -** Análise, discussão e votação do Concurso Público para Aquisição do Serviço de Transporte Rodoviário de Passageiros na Região do Douro.

Antes do início da reunião foi realizada pelo Senhor Presidente da Assembleia uma menção especial ao Senhor Padre Amadeu, agradecendo a sua presença e satisfação por estar connosco, desejando que durante muitos anos mantenha o contato com o nosso Concelho e com a Freguesia de que tanto gostou (Trevões), todos tivemos a ganhar com isso e esperemos que assim continue.

De seguida deu as boas vindas a todos os presentes, pedindo desculpa por este introdutório, mas era justificável fazê-lo, apresentando os cumprimentos ao Executivo na pessoa do seu Presidente, aos membros da Assembleia presentes e aos funcionários que participam nesta sessão e que sistematicamente nos ajudam nesta tarefa.

Antes de se proceder à chamada dos membros da assembleia, foi mencionado pelo Senhor Presidente da Assembleia que o Senhor Deputado Joaquim Carvalho teria de se ausentar por compromissos profissionais, o que de acordo com o Regulamento corresponde a falta, agradecendo, contudo, a sua presença pois com certeza seria útil para a Assembleia.

De seguida solicitou ao 1.º Secretário da Mesa, Tiago Silva, que procedesse à chamada dos membros da assembleia, o qual anuiu e aproveitou também para cumprimentar aqueles com quem não havia estado pessoalmente antes da Sessão. Realizada a chamada verificaram-se as presenças de 17 membros e as ausências dos Senhores Deputados Maria de Lourdes Costa, Marcolina Sequeira, Carlos Carvalho, Cláudia Martins, João Carlos Cardoso, João Fonseca Almeida, Ricardina Aguiar e José Fernando dos Santos, tendo apresentado justificação os Deputados Marcolina Sequeira, Cláudia Martins, João Carlos Cardoso, João Fonseca Almeida e José Fernando dos Santos.

O Senhor Presidente da Assembleia referiu que, já em reuniões anteriores, tinha feito uma chamada de atenção (e voltou nesta reunião a fazê-lo) até porque se havia chegado a uma situação que, de acordo com a legislação em vigor, não poderia deixar de o fazer, pois havia membros da Assembleia a faltar sistematicamente às reuniões sem apresentarem justificação. Assim, e uma vez que a Mesa não podia esperar mais que essas justificações aparecessem, e de acordo com a alínea j) do Artigo sexto do Regulamento, informou que iria ser feita uma comunicação ao Ministério Público. Também recordou que quem está assim a faltar sistematicamente incorre em perda de mandato, caso não compareça a três reuniões seguidas ou a seis interpoladas, tendo ainda solicitado que os Senhores Deputados apresentassem obrigatoriamente, caso tivessem, justificação para as suas faltas. Lembrou ainda que, aquando da última reunião da Assembleia, tinha sido aprovada uma moção relativamente ao Padre Amadeu (que estava presente), tendo a reunião formal da Assembleia sido interrompida para, aproveitando a sua presença, o mesmo poder fazer uma intervenção e também para todos darem os parabéns relativamente ao que foi a prestação do Padre Amadeu no Concelho. De seguida passou a palavra ao Senhor Presidente do Executivo.

O Senhor Presidente do Executivo iniciou a sua intervenção cumprimentando os Senhores Deputados e Deputadas Municipais, Funcionários, o Convidado Senhor Padre Amadeu, referindo que foi apresentada e aprovada uma proposta na reunião do Executivo Camarário, no passado dia 7/11/2024, uma proposta conjunta do executivo, para atribuição da medalha de Mérito Cívico do Município São João da Pesqueira ao Senhor ou ao Cidadão Amadeu da Costa e Castro, nos termos do artigo 14 do Regulamento de distinções honoríficas, a qual é atribuída a pessoas singulares ou coletivas que constituam exemplos de dedicação a causas públicas e se distingam pelas suas qualidades de dirigente associativo, desempenho político, altruísmo, filantrópico ou que pratiquem atos de grande risco, revelem grande espírito de sacrifício, valor, coragem e abnegação em prol da Comunidade. Assim, a competência para atribuição dessa distinção com medalha de mérito, de acordo com o artigo 11 do mesmo Regulamento, é da competência da Câmara Municipal. Contudo, referiu que era também essa a vontade de todos os elementos da Assembleia Municipal, como havia frisado o Senhor Presidente da Assembleia. Assim, em reconhecimento à dedicação incansável e ao impacto significativo na Comunidade, havia sido proposto e aprovada a atribuição da medalha de mérito cívico do Município de São João da Pesqueira a Amadeu da Costa e Castro, como forma de enaltecer o seu notável trabalho em diversas áreas de intervenção, designadamente nas áreas social, da educação, da cultura, do desporto, do empreendedorismo e do associativismo no Concelho de São João da Pesqueira.

Efetivamente o cidadão Amadeu da Costa e Castro desenvolveu ao longo dos anos um conjunto de ações e programas que beneficiaram a Comunidade, as pessoas e as instituições, numa intervenção que abrangeu diversas áreas essenciais do desenvolvimento comunitário, económico e social. O Presidente Manuel Cordeiro destacou, ainda, no percurso de vida de Amadeu Castro no Concelho, a título meramente exemplificativo, a colaboração em diversas instituições, designadamente na área social, a dinamização das IPSS's de Trevões e do Castanheiro do Sul, a implementação no Concelho da Associação Bagos d'Ouro na área cultural, a implementação dos museus de Arte Sacra, também do Museu Etnográfico de Trevões, a reabilitação da Igreja Matriz de Trevões (que é Património Nacional) na educação, como docente e Presidente do Conselho Geral do Agrupamento, e também na Direção da AsDouro e mais recentemente, como sabem, com funções na Dgeste. No desporto, também enquanto dirigente da Federação Portuguesa de Futebol de Viseu, na área empresarial, com a criação do empreendimento turístico das Casas do Prior, com a presença e colaboração em diversos órgãos de outras instituições, nomeadamente na associação empresarial Capital Douro, também no Crédito Agrícola, entre outras obras e muitas intervenções na Comunidade.

Nos dizeres do Presidente do Executivo “com uma Visão humanitária e um compromisso sólido, Amadeu da Costa e Castro tem demonstrado uma grande capacidade de criar redes e mobilizar a comunidade local”, pelo que a atribuição da medalha de Mérito Cívico era um reconhecimento do Município, da sua obra de excelência, que tem feito a diferença na vida de muitos cidadãos, sendo um exemplo de altruísmo e responsabilidade cívica. A atribuição da medalha visava, também, valorizar o trabalho e inspirar outros a seguir o exemplo de dedicação à melhoria da sociedade e ao bem-estar coletivo.

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia convidou o Senhor Padre Amadeu para receber a medalha e concedeu-lhe a palavra para que o mesmo pudesse intervir.

O Senhor Padre Amadeu tomou a palavra, agradeceu as simpáticas palavras que lhe haviam sido dirigidas, e agradeceu o gesto de coração cheio, tendo agradecido ao Executivo, Mesa e Membros da Assembleia Municipal tal distinção. De seguida, leu o discurso, que transcrevemos:

“Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, na sua pessoa cumprimento a restante Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal e na sua pessoa cumprimento também todo o restante Executivo e Vereadores, distintos Deputadas e Deputados, Caras Senhoras, Caros Senhores, permitam-me antes de mais expressar a minha mais profunda gratidão por esta medalha de mérito que é atribuída a todos aqueles que caminham, caminharam e caminharão comigo, crescendo com o Coração cheio de humildade e emoção. Este é um momento que jamais esquecerei, não pelo valor da distinção em si, mas pelo que ela simboliza, o reconhecimento de uma vida dedicada a servir os outros, amar esta Terra e acreditar sempre no bem que podemos fazer, quando caminhamos com o propósito de entrega e dedicação ao outro, servir com amor e dedicação. O trabalho que desenvolvi ao longo destes quase 30 anos nas comunidades que me foram confiadas nunca foi feito em busca de elogios ou reconhecimento, foi feito acima de tudo, por amor, amar o outro, cuidar de quem mais precisa oferecer Esperança, onde ela parecia perdida, criar oportunidades onde só existiam ou existem obstáculos, esta foi sempre a minha missão. Acreditei sempre desde o primeiro momento que era possível construir algo maior, um futuro em que ninguém ficasse para trás, uma comunidade mais forte, mais unida e mais solidária. Trabalhei para criar postos de trabalho, para fixar as pessoas às suas origens, para dar sustentabilidade às famílias e devolver dignidade às suas vidas. Fiz questão de cuidar do nosso património, porque preservar as nossas raízes é também projetar o nosso futuro, as dores do caminho e a força da resiliência, mas, como bem sabemos, servir nem sempre é fácil. Houve momentos em que o meu caminho foi marcado pela incompreensão, pela crítica injusta e pela humilhação pública. Quem não conhece a força do amor e da entrega talvez não consiga entender aqueles que se dedicam por inteiro ao bem comum e ao bem dos outros. Em reuniões públicas ouvi palavras duras, fui por vezes maltratado e até enxovalhado por quem talvez não conhecesse o verdadeiro sentido do meu trabalho. Foram momentos de dor que confesso me feriram profundamente porque quem ama o que faz e dá de si à Comunidade sente ainda com mais intensidade as injustiças e as ingratidões mas sabem, cada crítica, cada palavra injusta e cada humilhação deram-me ainda mais força, não me derrotaram, pelo contrário, serviram de combustível para continuar a minha missão porque a minha consciência estava limpa porque o meu compromisso era real e porque o meu olhar nunca deixou de estar fixo no objetivo maior de servir o bem comum. Aprendi nesse momento que o caminho do serviço é muitas vezes solitário e que para quem se entrega de coração as maiores provas são também as maiores lições, não me rendi, não desisti, continuei sempre de cabeça erguida porque sabia que a recompensa maior não estava nos aplausos, mas no sorriso de uma família ajudada, no brilho dos olhos de quem encontrou uma oportunidade, na gratidão silenciosa daqueles que viram as suas vidas transformadas, uma comunidade unida no futuro. Hoje, ao receber esta medalha, penso em todos os que estiveram comigo ao longo desta caminhada, nos meus amigos, nos meus colegas, nas associações locais, nas famílias e em todos aqueles que, de forma direta ou indireta, acreditaram em mim e no trabalho desenvolvido, o meu mais sincero obrigado de forma particular às duas IPSS's e aos centros paroquiais que sempre me incentivaram e deram força para o caminho.

Esta homenagem não é só minha é nossa é de todos que acreditam que servir é a maior e mais nobre forma de viver. Permitam-me ainda dedicar esta distinção àqueles que tantas vezes foram invisíveis aos olhos do mundo, mas que foram para mim a verdadeira inspiração. São eles e elas, as crianças, os idosos, os mais frágeis e esquecidos que me deram a força para nunca desistir mesmo quando as dificuldades pareciam intransponíveis.

Uma nova missão em Penedono, neste momento de gratidão e reconhecimento, não posso partilhar convosco o que levo no coração carrego comigo a saudade das aprendizagens feitas ao longo deste caminho em São João da Pesqueira com cada um de vós e com os vossos entre as suas gentes e comunidades que tanto me ensinaram que tanto me enriqueceram, essas vivências ficarão para sempre gravadas em mim, como uma inspiração para o futuro. Agora, já assumida a nova missão que o senhor Bispo me confiou em Penedono, sei que me esperam novos desafios e projetos, mas parto com a mesma entrega, com o mesmo amor e com o compromisso inabalável de servir e ajudar o outro, porque acredito que o propósito de qualquer missão é sempre construir o bem comum e dar sentido às vidas que tocamos. Uma promessa para amanhã, levarei esta medalha ao peito não como um símbolo de glória pessoal mas como um compromisso renovado, um compromisso de continuar a lutar por uma comunidade mais justa, mais solidária e mais próspera, de continuar a acolher, a amar e a criar oportunidades, porque só assim poderemos construir um futuro onde todos têm o seu lugar, que esta terra que nós amamos que tanto provoca em nós continue a ser um exemplo de resiliência, de trabalho e de união, que jamais nos deixemos abater pelas vozes que criticam sem conhecer, mas que ao contrário encontremos nelas o estímulo para sermos ainda melhores. Termina com uma verdade que aprendi ao longo deste caminho, a força de uma pessoa não se mede pelas vezes que cai mas pela coragem com que se levanta e é com esta coragem, com a cabeça erguida e com o coração de cheio de gratidão, que hoje vos digo que continuarei a servir porque servir é a minha missão. Muito obrigado.”

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia perguntou se algum dos Membros da Assembleia pretendia aproveitar o momento também para se manifestar (além daquilo que já se haviam manifestado na sessão anterior, quando foram aprovados o voto e a menção de louvor ao Padre Amadeu) tendo pedido a palavra o Senhor Deputado Frederico Selores e a Senhora Deputada Anabela Sousa.

O Senhor Deputado Frederico Selores iniciou a sua intervenção cumprimentando a Mesa da Assembleia, o Presidente e Vereadores do Executivo e os Membros da Assembleia, referindo que não tinha preparado nenhum discurso, pois não sabia, nem sequer desconfiava que o Senhor Padre Amadeu iria estar presente, mas não podia de deixar passar o momento sem deixar umas breves palavras em relação à sua pessoa, não o profissional, não o sacerdote, mas o ser humano. Nos dizeres do mesmo “um ser humano fantástico, que eu tenho a honra e o privilégio de conhecer pessoalmente. A Pesqueira perde com a saída dele! É inegável que Penedono conseguiu ganhar um grande elemento, uma pessoa fora de série, uma pessoa com uma humildade fantástica e que, acima de tudo, fez o seu percurso sem precisar de passar por cima de ninguém, sem precisar de se pôr em bicos de pés... Portanto, por tudo isso, por essa humildade, quero em meu nome pessoal e em nome da bancada do PSD, dar os sinceros parabéns e desejar as maiores felicidades ao Senhor Padre Amadeu. Muito obrigado”.

Interveio, de seguida, a Senhora Deputada Anabela Sousa, tendo referido que também não tinha preparado discurso nenhum, tendo acrescentado que o seu discurso era de

agradecimento, e que já o tinha feito na Paróquia da sua aldeia, aquando da despedida, e só lhe restava mais uma palavra de agradecimento por tudo, recordando as últimas palavras que lhe dirigiu para que continuasse a ser a pessoa que é.

Não havendo mais inscrições, o Senhor Presidente da Assembleia retomou os trabalhos, perguntando aos representantes da Assembleia que foram eleitos para as várias comissões e conselhos municipais para que informassem a Assembleia sobre eventuais reuniões realizadas e temas discutidos ou aprovações que tivessem ocorrido.

Inscreveram-se a senhora Deputada Anabela Sousa, representante da CPCJ, e o senhor Deputado Vítor Tomé, representante da CIM Douro.

A Anabela Sousa informou que se realizaram duas reuniões (uma no dia 13 de Novembro e outra no dia 18 de Dezembro) nas quais analisaram, aprovaram e homologaram os Contratos de Inserção e realizaram a Apresentação de Proposta de Apoio Económico.

O senhor Deputado Vítor Tomé, por seu turno, após cumprimentar o Senhor Presidente da Assembleia e, na sua pessoa, a Mesa e restante Assembleia, bem como o Senhor Presidente da Câmara e o Executivo, informou ter participado, no transato dia 09, na reunião da CIMDouro, onde, entre outras coisas, havia sido aprovado o orçamento para 2025/2026, bem como as estratégias futuras, tendo frisado que a CIMDouro está a aplicar algumas medidas de forma lenta ou muito lentamente (como quase todas as questões em que se envolve) tendo focado essencialmente dois assuntos: frisaram o mau serviço que os CTT têm estado a prestar, e também se debruçaram sobre a polémica estratégia da Caixa Geral de Depósitos. No entender do mesmo, “nós ainda não nos apercebemos disso no Concelho, ou poderemos até estar a passar ao lado, uma vez que estão a reduzir as Agências ao mínimo e algumas delas irão fechar nos concelhos que nos rodeiam. Provavelmente na segunda ronda vai sobrar também para nós. A Caixa, como toda a gente sabe, é a única instituição bancária pública, portanto, diz-nos respeito a todos nós, incluindo as medidas tomadas e a forma de estar, porque, acima de tudo, é também um Serviço Público”.

Continuou dizendo que anteriormente não se havia inscrito, mas – ainda em relação ao assunto anterior da distinção do Sr. Padre Amadeu – não precisava de lhe dizer publicamente a opinião que dele tem (ele sabe-o melhor que ninguém) bem como sobre o trabalho que desenvolveu, restando-lhe agradecer, em nome do Concelho de São João da Pesqueira, por tudo aquilo que se sabe que fez e por aquilo que ninguém sabe que fez!

Não havendo mais inscrições, passou-se ao **Período de Antes da Ordem do Dia**, tendo o Senhor Presidente da Assembleia colocado à consideração da Assembleia a dispensa da leitura da última Ata de 27 de setembro. Nada havendo em contrário, foi a referida Ata colocada à apreciação dos Membros da Assembleia para eventuais propostas de alteração/correção. O Senhor Presidente da Assembleia abriu as inscrições para os membros da Assembleia se poderem pronunciar sobre a apreciação da Ata da última reunião. Não havendo intervenções sobre a Ata, colocou-se a mesma à votação da Assembleia, tendo sido aprovada por unanimidade.

Prosseguindo a reunião, o Senhor Presidente da Assembleia abriu as inscrições para a Assembleia se pronunciar sobre Assuntos de Interesse para o Município. Inscreveram-se os Senhores Deputados Joaquim Carvalho, Teófilo Anjos, António Balça e Frederico Selores.

O Joaquim Carvalho cumprimentou a Mesa da Assembleia, o Presidente do Executivo e restantes Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta e Deputados Municipais, tendo iniciado a sua intervenção pelo anúncio do procedimento número 2/2024, 2 de Dezembro, dizendo que “finalmente permite ver a luz ao fundo do túnel” pois, como dissera o Senhor Presidente da Câmara ao Senhor Ministro, “quando a vontade existe, a obra acontece”. Prosseguiu dizendo que, “pese embora estejamos no início, finalmente sai algo de concreto em Diário da República e que tem a ver com a obra de requalificação da estrada das Bateiras a São João da Pesqueira, uma obra de extrema importância para o Concelho”. Na opinião do mesmo, aquele troço de estrada “está a atingir um ponto de quase não retorno” e, caso o inverno seja rigoroso, corre-se o risco de ficar com uma estrada como antes existia desde São João da Pesqueira até ao Vilarouco, que aquilo era um martírio fazer. Por isso, disse, “não há dúvida, tenho de dar os parabéns ao atual Executivo, que está quase a findar o seu segundo mandato. São oito anos de luta, mas que finalmente originam algo de concreto. Esperemos que a obra arranque porque é merecido!”

De seguida tomou a palavra o Teófilo Anjos, o qual, após cumprimentar a Mesa, na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os colegas Presidentes de Junta, os Senhores Deputados e o Sr. Padre Amadeu, referiu que também ele tencionava abordar o tema da Estrada Nacional 222, para salientar “a luta e a persistência do Executivo da Câmara Municipal de São João da Pesqueira na tão desejada requalificação do troço Bateiras-São João da Pesqueira, uma obra estratégica para o desenvolvimento do Concelho, uma obra aguardada há décadas” Disse ansiar que as máquinas estejam no terreno, mas frisou que se haviam dado grandes passos e que o Concurso estava lançado, tendo agradecido ao Senhor Presidente o esforço meritório nesta matéria.

De seguida foi concedida a palavra ao António Balça, o qual após cumprimentar o Senhor Presidente da Assembleia e a Mesa, o Presidente da Câmara e os Deputados, iniciou a sua exposição, dirigindo-se aos colegas deputados, referindo que, aquando de sua última intervenção (no seguimento da revolta que lhe ia na alma devido ao que se estava a passar, e era previsível o que veio a acontecer na última vindima) tinha falado de um protesto pelo desprezo e abandono que a maioria dos autarcas da CIMDouro tem levado a cabo por quem os elegeu. Disse que mantinha a sua ideia, mas, “devido a alguma evolução que tem surgido em favor da região, e como vão agora acontecer as eleições para a Casa do Douro, vamos esperar pelas decisões do Senhor Ministro. Esperamos que seja o princípio de uma nova era para a nossa região e, por isso, quero aqui apresentar formalmente esse voto de protesto”.

Prosseguiu dizendo que existem várias áreas agrícolas importantes e fundamentais na nossa região, destacando como as mais importantes o vinho e o azeite. A apanha da azeitona encontra-se já numa fase de conclusão, muita azeitona, mas azeite de baixa qualidade ficando-se a dever às alterações climáticas: muito calor no Verão, até demasiado tarde, e depois muita chuva faz com que o fruto comece a apodrecer. E lançou um repto ao Presidente Manuel Cordeiro: “Senhor Presidente, deixo-lhe aqui um pedido, depois de ter levado a cabo várias lutas, (sempre querendo o melhor para o seu Concelho) relativo à conclusão do projeto da DOP Douro para os Azeites. É fundamental para a nossa região! Como ambos fazemos parte da Fundação da DOP da CPAD, que é a denominação da Associação para a DOP, terá de pedir uma reunião ao seu homólogo de Tabuaço para ver em que situação se encontra o assunto e sermos nós a liderar este projeto fundamental para os nossos agricultores e para a valorização do nosso azeite”.

Prosseguindo a sua intervenção, disse também ter visto uma mensagem do Senhor Vice-Presidente sobre a aquisição do Hotel PesqDouro para instalar os alunos, coisa que lhe parecia bem para o futuro da Esprodouro, deixando, contudo, o alerta de que alguém terá de zelar todos os dias por aquele espaço. Deixou também um desafio à Direção da Esprodouro: “vivemos numa região quase 100% agrícola e não vejo nenhum curso virado inteiramente para a agricultura e está na hora de isso acontecer”!

Em jeito de finalizar a sua intervenção, visou a Obra da Estrada Nacional 222, deu os parabéns ao Senhor Presidente Manuel Cordeiro, por este e demais projetos já concretizados ao longo do Mandato, elegendo-o como Homem de luta, de causas, sempre a pensar no bem-estar daqueles que o elegeram.

O Senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Deputado Frederico Selores. Este por seu turno, depois de apresentar os seus cumprimentos a todos, abordou novamente o tema da Nacional 222. Deu os parabéns ao Senhor Presidente pela resiliência, mas frisou também que, depois de tantos anos à espera da estrada, era legítimo e de inteira justiça dar os parabéns também ao Governo. No entender do mesmo, “foi este governo que desbloqueou a situação, foi este Ministro das Obras Públicas que teve o cuidado e a disponibilidade, apesar de uma agenda tão cheia, de vir a São João da Pesqueira anunciar essa estrada. Acho que é de inteira justiça uma referência pelo menos a este Governo e ao trabalho que tem sido feito”.

Prosseguindo a sua intervenção, visou a Agricultura. Começou por referir que as uvas iriam ser pagas a um preço irrisório, muito abaixo do preço de custo, o que traria muitas dificuldades para os agricultores durante o próximo ano. Sublinhou que, ultimamente não tem ouvido ninguém a falar sobre o assunto (antes da vindima havia sempre aquelas notícias sobre o Douro, havia sempre protestos, havia sempre manifestações), parecendo que está tudo às mil maravilhas, o que não é verdade. Assim, pediu à Assembleia para não deixar cair esse tema. Continuou dizendo que “queria deixar uma palavra de apreço também para o Senhor Ministro da Agricultura, porque acho que tem feito um trabalho que não está livre de erros, longe disso, mas que evidencia um trabalho honesto e competente”. Informou, ainda, acerca dos VITIS, referindo que o valor iria duplicar no próximo ano, “Portanto, neste momento os VITIS estão com um valor de 17.000 EUR por hectare e vai passar para os 33.000 por hectare. No entanto, na sua opinião, houve um erro de avaliação da parte do Ministério da Agricultura e pediu ao Senhor Presidente Manuel Cordeiro (por ter mais contato com o Senhor Ministro da Agricultura), para intervir, no sentido desses projetos serem escalonados. Ou seja, quem fizesse até 2 ha devia ter um valor, e quem fizesse mais do que 10 ha deveria ter um valor inferior, por exemplo. Justificou, alegando que a medida “pode dar azo a que venham a começar a aparecer muitos micro patamares no Douro, porque vai ser pago pela densidade das plantas”. Referiu, ainda, a questão do aumento dos subsídios à exploração, que aumentaram cerca de 50%.

De seguida foi dada a palavra ao Sr. Presidente do Executivo para que pudesse responder às questões colocadas.

O Senhor Presidente Manuel Cordeiro informou que, finalmente, saiu o Concurso para a empreitada de requalificação e alargamento da Nacional 222 Pesqueira-Bateiras, com um valor base de 12.000.000 de euros e com um prazo de execução de 25-27 meses, tendo sido informado (em contactos com a IP) de que já haveria interessados para apresentação das propostas até 07 de Janeiro. “Se tudo correr normalmente, com a apresentação das propostas e visto do Tribunal de Contas, eventualmente mais algum tempo para possíveis

reclamações, estaremos a falar de 5-6 meses, em meados do ano a obra terá condições para se iniciar”, disse. Fazendo alusão ao que havia dito o Senhor Deputado Joaquim Carvalho, o Presidente do Executivo, prosseguiu dizendo que, “agora parece muito fácil, mas foram de facto sete anos de muita insistência, de muita luta, de tentativa para encontrar também embaixadores da causa, como conseguimos encontrar. Quem na realidade é o «pai» da obra somos nós, mas se é o PS e o PSD... É verdade que para termos o lançamento do Concurso era necessário que tivéssemos um projeto feito, o que foi feito pelo governo anterior, bem como a preparação do concurso, a identificação dos proprietários etc. Agora temos de prosseguir e, na verdade, é o novo governo que lança esta obra e, portanto, a vontade é do novo governo. Também é verdade que de um lado e do outro, de facto, houve aqui contributo para que a obra pudesse avançar. Em abono da verdade, o atual Ministro envolveu-se a 100% e aquilo que prometeu veio aqui cumprir até num tempo bastante razoável”, frisou.

Mudando de assunto, referiu que as 26 bolsas sociais a atribuir este ano e as 23 bolsas de mérito que iam ser atribuídas no dia municipal da Educação (dia 23 de Dezembro), acrescidas dos prémios de conclusão do ensino secundário, iriam ter um valor total de cerca de 65.000 Euros, distribuídos por bolsas de mérito 18.600 EUR, bolsas sociais 22.750 EUR, prémios de conclusão do ensino secundário 5.250 EUR e Universidade Júnior 18.375 EUR.

Prosseguiu, referindo que as obras do parque desportivo estavam atrasadas por motivo de o concurso ter ficado deserto por duas vezes, tendo informado também que já estavam em fase de adjudicação, tendo o preço aumentado de um valor inicial de 650.000 EUR para um valor final de cerca de 900.000 EUR, antecipando que esperavam que o mesmo acontecesse, também, com outras Obras.

Relativamente à Obra da Loja do Cidadão informou que já havia Projeto, já existia o Parecer para Arquitetura também da parte da Cultura, mas ainda faltava o Gabinete apresentar as Especialidades para poderem lançar o Concurso com um preço base de um milhão e duzentos mil euros. Quanto às Obras do Centro de Saúde, e porque tinham previsto inicialmente 350.000 EUR (mas como o concurso também ficou deserto) informou que houve necessidade de aumentar o valor para 410.000 EUR, estando agora em fase de receção de Propostas.

Na continuidade da sua intervenção, o Senhor Presidente Manuel Cordeiro referiu as várias atividades que iriam decorrer durante o mês de Dezembro, dirigidas aos mais jovens e também aos mais vulneráveis. “Para além do Natal para as crianças, irão ser atribuídos os «Vales Sénior» pois chegou-se à conclusão de que as pessoas preferem o Vale em vez do almoço de Natal, acho que as pessoas ficam mais contentes com a atribuição do Vale, ainda por cima, o dinheiro também fica no Concelho. E, como digo sempre nas Freguesias, agora também fazemos o passeio de Verão todos os anos (antes era de 2 em 2 anos), compensando por aí. Portanto, fizemos também esta atribuição de prendas e também de vales às crianças do concelho para gastar no comércio local”, concluiu.

Relativamente à Casa do Douro, o Senhor Presidente do Executivo, disse perceber que este Ministro há muito tempo denotava alguma preocupação para com a Região Duriense: “ainda na última semana de Novembro estive com ele em Lisboa e fomos falando desses problemas, mas as coisas não se resolvem de um dia para o outro. Ele assumiu definitivamente que as cativações relativamente às receitas e taxas do IVDP são para acabar, mas há problemas que são muito maiores do que esse”. Ainda quanto à Casa do

Douro, o Autarca disse que o Processo estava a ser uma trapalhada tremenda, porque havia um regulamento eleitoral que definia expressamente como é que o processo devia decorrer, os timings, prazos, etc., e estava a ser tudo ultrapassado. No entanto, ressaltou que, “o que interessa é que, na verdade, depois o que vier a resultar daqui, quer no que respeita aos elementos para o Conselho Regional, quer no que concerne a quem vai dirigir a Casa do Douro, prestem depois um bom serviço”. E explicou: “na verdade, há aqui alguma confusão pois compete à Comissão Eleitoral, nos termos do artigo sétimo do regulamento eleitoral, que é presidida pelo Presidente do IVDP e por outros 2 Membros, estabelecer todo o processo das assembleias de voto, constituição das Mesas, e constatamos aqui no Concelho que não ficaram mesas em Nageselo, na Espinhosa nem em Várzea, o que até se podia compreender com a União de Freguesias, mas por exemplo em Nageselo já não se compreende. Já trocamos uma série de e-mails com o IVDP, eu e o Carlos Ventura, Presidente da Junta, no sentido de Nageselo ter uma Mesa, e o Presidente do IVDP vai dizendo que já não vai a tempo, enfim... o Processo esteve sempre do lado deles e nós não fomos tidos nem achados, quando precisavam de alguém para indicar (pelo menos um para ser Presidente de Mesa, quando isso é da competência da Comissão Eleitoral), com as Listas, tivemos nós que andar aqui a ajudar, enfim. Aliás ainda nem chegaram os cadernos eleitorais, pois ainda hoje recebi um e-mail do IVDP a pedir-nos ajuda para fazer chegar os cadernos eleitorais, para serem assinados e enviados para os Presidentes das Mesas, para depois ficarem à guarda do Presidente de Câmara. Ora nada disso está no regulamento eleitoral, não sei onde é que foram buscar essa ideia, mas pronto vamos tentar ajudar da melhor forma”, rematou.

O Presidente Manuel Cordeiro agradeceu as considerações da DOP Douro relativamente ao Azeite, referindo que já não era a primeira vez que se falava nisso, notando que haveriam de voltar ao assunto com Tabuaço, porque, de facto, era um assunto demasiado importante, ou seja, a valorização de um produto de excelência que o Concelho detém. E reforçou, exemplificando que, aquando do Concursos de Azeite que se fazem (aludiu aquele que o Capital Douro e a Associação de Trás-os-Montes e Douro organizam) os entendidos dizem que não é uma questão de ser melhor ou pior, mas se é um azeite do Douro nas provas, percebe-se que é um Azeite do Douro, portanto, tem particularidades, não melhor nem pior, considerando que essas singularidades devem ser protegidas.

Quase a terminar a sua intervenção, o Senhor Presidente Manuel Cordeiro quis prestar um esclarecimento também relativamente ao antigo hotel, sendo que a própria ESPRODOURO havia já emitido um comunicado, porque fizeram a escritura da compra com dinheiros exclusivos da AsDouro, portanto, da Associação com receitas próprias, e não teve um cêntimo da Câmara Municipal, pese embora a Câmara Municipal seja também proprietária. “O Hotel estava fechado há muito tempo, não se vislumbrava uma saída, e foi comprado também por um valor muito abaixo do que estava a ser pedido inicialmente e até bastante abaixo do valor de mercado. Além disso, havia um problema que também se fazia sentir com os alunos e com os vizinhos em termos de barulhos que atualmente não existem, o que significa que está a correr bem. Eles têm uma funcionária ou duas todo o dia e à noite têm um segurança. Os miúdos estão no primeiro piso, as miúdas estão no segundo, não se permitem trocas, e, portanto, acho que está a funcionar bem”. Finalizou o seu raciocínio dizendo que, no seu entender, havia sido “uma boa aquisição”.

Ainda no que concerne à ASDOURO, mais propriamente à questão do curso da agricultura, o Senhor Presidente clarificou que, na verdade, a definição de cursos no que respeita ao ensino profissional, passa sempre pela DGESTE. Referiu que há sempre a preocupação

de privilegiar os cursos que já existem e olhar a oferta que a região já faz. Contudo, adiantou que, no ano transato, a escola profissional conseguiu avançar com a oferta de técnico de viticultura, mas os alunos não demonstraram interesse em ir para esse tipo de cursos, salientando que a Escola tem a preocupação de tentar ter Cursos que respondam às necessidades da Região.

Não havendo mais inscrições, passou-se ao **Período da Ordem do Dia**.

Antes, porém, o Senhor Presidente da Assembleia, colocou à consideração da Assembleia a introdução de um novo ponto, que não estava previsto e que surgiu a pedido da CIMDouro, que tinha a ver com um Concurso Internacional que era necessário lançar e que as Câmaras Municipais – que fazem parte da Comunidade Intermunicipal do Douro - têm que aprovar e, portanto, a Assembleia também tinha que se pronunciar sobre ele. Explicou que o Concurso tem que ser lançado pela CIMDouro e pretende-se com ele regularizar a questão do Serviço Público de Transporte na Região abrangida pelo território da Comunidade Intermunicipal. “Eu pedi ao Secretariado (caso ninguém se oponha, naturalmente) que se introduzisse este ponto na Ordem de Trabalhos, que faça uma distribuição do documento referente a este ponto e, se necessário, poderemos depois, se assim o entenderem, fazer um intervalo de 10 minutos, um quarto de hora, para poderem ler e poderem apreciar, porque ele vai ter que ser votado hoje”, explicou.

Havendo acordo da Assembleia, por unanimidade, foi acrescentado à Ordem de Trabalhos o novo **Ponto 39** - Análise, discussão e votação do Concurso Público para Aquisição do Serviço de Transporte Rodoviário de Passageiros na Região do Douro.

O Senhor Presidente da Assembleia perguntou ao Senhor Presidente do Executivo se pretendia fazer um Resumo dos Pontos da Ordem de Trabalhos ou se iria fazer apenas uma introdução a cada ponto antes de dar a palavra aos Membros da Assembleia.

De seguida, abriu as Inscrições para os Membros da Assembleia que pretendessem intervir sobre o primeiro ponto da ordem do dia (**Apreciação da Atividade Municipal/Informação do Auditor Externo referente ao 1.º Semestre de 2024**).

Inscreveram-se os Senhores Deputados Joaquim Carvalho e Anabela Sousa, a quem foi concedida a palavra para que pudessem intervir.

O Senhor Deputado Joaquim Carvalho iniciou a sua intervenção abordando a atividade municipal e referiu que, no tocante ao Desporto, os números falavam por si quanto à utilização das várias instalações desportivas. Como utilizador do ginásio, agradeceu ao Executivo Municipal, na pessoa do Senhor Presidente, a aquisição do material. No caso concreto do Pavilhão, sugeriu a possibilidade de criação de um novo espaço, com cerca 50 m²: “Nessa obra de alargamento pedia-se algo que os utilizadores falam. Eu dou a cara pelos utilizadores, porque com as regras que estão instituídas neste momento de hora e meia podem estar 18 pessoas, e com o alargamento dessa área poderíamos aumentar para mais pessoas, para perto de mais uma dezena, mas principalmente temos que ter material. Continuo a dizer que acho que pedir um investimento de 12 ou de 15.000 EUR, no caso concreto, para um investimento a muito longo prazo de uma máquina de musculação, com a devida manutenção, que dura 50 ou 60 anos, será um bom investimento, pois estar a pedir que se gastem mais 2.000 EUR ou 3.000 EUR para 60 anos, é um investimento irrisório”. Concluiu, dizendo que, com a prática desportiva também se melhoram os níveis de saúde dos utilizadores.

A Senhora Deputada Anabela Sousa, na sua intervenção, referiu que tem tido um problema na sua Freguesia quanto à questão da Rede para os Telemóveis. Exemplificou, dizendo que, quando estava no gabinete, tinha Rede máxima (antes da instalação da fibra) e, de repente, para falar com as pessoas ao telemóvel tinha de sair do edifício. “Não acontece só comigo, oiço muita gente a queixar-se, não sei se haverá alguma possibilidade por parte da Câmara em fazer algo. Soube que foi instalada uma antena na Espinhosa, mas pelos vistos não é da operadora da MEO, aquilo que me disseram é que é da NOS ou da Vodafone. Não pretendo, nem eu, nem muitos fregueses que lá vivem, mudar de operadora só porque está ali instalada uma antena de outra operadora. Se houvesse uma solução, agradecia”.

De seguida foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Executivo para que pudesse responder às questões colocadas.

O Senhor Presidente da Câmara, em resposta às questões colocadas pelo Joaquim Carvalho, afirmou que o Executivo já não tem grandes desculpas (porque já estão no cargo há sete anos), mas frisou que apanharam muita coisa em «fim de vida» e que vão tentando requalificar e arranjar. Contudo, explicou que, relativamente ao Pavilhão e às Piscinas, no âmbito das candidaturas que ainda iriam submeter até ao final do ano (e que estavam a ser preparadas por Gabinetes de Projetos) iriam incidir na eficiência energética, quer para o Edifício da Câmara, quer para as Piscinas e para o Pavilhão. E disse que a questão do alargamento do Ginásio iria estar contemplada, não tendo a ver com a eficiência energética, mas seria algo também a ser contemplado no Pavilhão. Adiantou, ainda, que, mais especificamente no que concerne ao Pavilhão, estava previsto assegurar a questão das acessibilidades, possuindo um elevador para levar as pessoas ao piso de cima, iria também ter bancadas para pessoas de cadeiras de rodas, casas de banho para deficientes, para além de outras pequenas obras, que permitirão também libertar mais algum espaço.

Relativamente à questão da Senhora Deputada e Presidente de Junta Anabela Sousa, o Senhor Presidente Manuel Cordeiro pediu que lhe colocasse o Assunto por escrito, sendo que ele iria ver como poderia ajudar, adiantando que o mais fácil que lhe parecia ser possível seria instalar uma Antena por uma Empresa, que depois fornece o Serviço para várias Operadoras

Não havendo mais inscrições deu-se por Encerrado o Primeiro Ponto.

Quanto ao segundo ponto da ordem de trabalhos (**Análise, discussão e votação da Proposta de Fixação da Taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis Urbanos**) foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Executivo para que este pudesse fazer um resumo deste Ponto da Ordem de Trabalhos.

O Senhor Presidente começou por referir que havia o assunto do IMI, depois o do IRS, sendo que a Proposta era, tanto num caso como no outro, manter o que vêm fazendo, pelo menos, desde que estão no Executivo, ou seja, desde há sete anos. Assim, a Proposta, no que respeita à fixação da taxa sobre IMI, é manter a mesma para os prédios urbanos no mínimo de 0,3 %, sabendo que se estaria a falar em 764 mil euros se fosse a 0,45%, e em 509 mil euros se fosse de 0,3 %. Explicou que estavam a abdicar para a Comunidade (para as pessoas e para as famílias) de cerca de 255 mil euros, mas era a mesma Proposta que sempre fizeram.

Acabada a intervenção do Senhor Presidente Manuel Cordeiro, o Presidente da Mesa abriu as inscrições para quem pretendesse intervir sobre o Ponto.

Não havendo inscrições, colocou-se à votação o Segundo Ponto da Ordem de Trabalhos, tendo a Proposta sido aprovada por unanimidade.

Passou-se, de seguida, à discussão do Terceiro Ponto da Ordem de Trabalhos (**Análise, Discussão e Votação da Proposta de Fixação da Participação Variável no IRS**), tendo sido concedida a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para que fizesse um resumo do Ponto.

O Senhor Presidente Manuel Cordeiro começou por referir que a proposta era exatamente a mesma que vinham fazendo, ou seja, de manter a participação nos 5%, com as considerações que estavam também na informação (acrescidas das explicações dadas no ponto anterior). Explicou, dizendo que era a forma dele estar e pensar na Política, sendo que interessa, de facto, servir a População da melhor forma, e não apenas ser populista nestas questões. “Muitos dizem que devíamos baixar esta participação variável e eu digo, (e está na informação também) que por cada 1%, podíamos agora aqui fazer um bonito e aplicar apenas uma participação de 4% (e estávamos a falar em 40.000 EUR) quando falamos em IMI estamos a falar em 250.000 EUR. Mas também temos de ser equilibrados e sabendo que, no que respeita à questão da participação variável no IRS, na verdade, os sujeitos passivos com menores rendimentos não são afetados de todo, sabendo também que para o novo ano temos um aumento do salário mínimo nacional para 870€ e uma atualização dos escalões, e ainda que no que respeita aos pequenos viticultores do Concelho que não ultrapassem os 27.000 EUR, também não são abrangidos. Portanto todos minimamente afetados com isto, incluindo os jovens, para além das deduções para as famílias que tenham um ou mais dependentes. Aquilo que sempre nos pareceu, e continua a parecer, e que melhor responde de facto à comunidade é, de facto, manter o IMI no mínimo, e quanto à participação variável no IRS é manter nos 5%”, disse.

Terminada a intervenção do Senhor Presidente do Executivo, o Senhor Presidente da Mesa abriu as Inscrições para quem pretendesse intervir sobre este Ponto.

Inscreeveu-se o Senhor Deputado Frederico Selores. Iniciou a sua intervenção mencionando que, em relação a este ponto, discordava – não pela questão do valor (até porque o valor não era assim tão elevado que se pudesse dizer que vai beneficiar as pessoas que vão ter ali mais dinheiro disponível) – mas por uma questão de ser mais a classe média que iria levar por tabela, uma vez que a classe mais baixa não atinge os valores. Parecia-lhe, pois, que para a classe média uma redução do IRS não seria descabida, e dava um sinal para as pessoas: ficavam com mais dinheiro, embora pouco, mas mais algum dinheiro disponível.

De seguida, o Senhor Presidente da Mesa, concedeu a palavra ao Senhor Presidente do Executivo, para que pudesse responder às questões colocadas.

Em resposta ao exposto pelo Frederico Selores, o Senhor Presidente do Executivo reafirmou a explicação anteriormente dada, alegando que não entrava em populismos, reiterando que o abatimento de 1% iria beneficiar a classe média ou alta em valores ridículos, pois estavam a falar em cerca de 40.000 EUR. No entanto, claro, tratava-se de uma questão de Opções.

Não havendo mais inscrições colocou-se à votação o Terceiro Ponto da Ordem de Trabalhos, tendo-se registado dois votos contra (António Froufe e Frederico Selores). A proposta foi, assim, aprovada por maioria.

Quanto ao Quarto Ponto da Ordem de Trabalhos (**Análise, discussão e votação das Demonstrações Previsionais para o ano de 2025**) foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Executivo para que este pudesse fazer um resumo deste Ponto.

O Senhor Presidente tomou a palavra e apresentou os documentos Previsionais para o ano de 2025, referindo que o Orçamento do Município de São João da Pesqueira para o ano de 2025 era, de certa forma, o culminar do Programa de Governação do Executivo Municipal para o mandato autárquico 2021/25, demonstrando uma trajetória de oito anos de gestão caracterizada por um compromisso sólido com a sustentabilidade financeira, o desenvolvimento económico e a inclusão social, assumindo os princípios base nos quais assentou sempre a gestão: transparência, rigor, sustentabilidade das contas e cumprimento dos compromissos assumidos com os cidadãos de S. João da Pesqueira.

“O presente orçamento para 2025 reflete um aumento substancial de 15,4% em relação ao ano anterior [17.376.845 €], e de 35,0% em relação ao orçamento de 2017 [12.153.873 €], totalizando em 2025 o valor de 20.050.000 €, um valor nunca alcançado na história das contas públicas do município. Este é um orçamento verdadeiramente ambicioso, mas real, fruto de uma trajetória traçada por este Executivo Municipal e que tem como objetivo preparar o Concelho para os desafios do futuro, concentrando-se em áreas prioritárias chave como a Educação, a Cultura, o Desporto, a Saúde, a Agricultura, a Ação Social e as Obras infraestruturais necessárias, que se têm revelado fundamentais”, explicou o Presidente Manuel Cordeiro.

Prosseguiu, dizendo: “para o ano de 2025, temos previsto um elevado nível de investimento no concelho, quer na componente material [grandes obras] quer na componente imaterial [implementação de projetos educacionais e sociais, eventos culturais e outras ações]. Terminada a execução do Portugal 2020, estando em execução o programa PRR, iniciamos agora o Portugal 2030, constituindo-se este como uma fonte importantíssima de financiamento municipal.

Vivemos, desde 2020 variadíssimas contrariedades que tornaram muito exigente e difícil a gestão da Câmara Municipal e, obviamente, a vida de todos os cidadãos, por efeito da Pandemia, da guerra comercial entre os EUA e a China, da guerra na Ucrânia, da Crise energética, da Guerra no Médio Oriente, que significaram o aumento substancial de custos em toda a atividade da Câmara Municipal, mas que, com rigor, capacidade de adaptação e muito trabalho, conseguimos ultrapassar.

O equilíbrio entre o rigor nas contas públicas e o desenvolvimento socioeconómico do concelho está, assim, demonstrado nos resultados alcançados ao longo dos últimos sete anos de governação municipal e que as sucessivas prestações de contas comprovam.

O contexto de incerteza política em que elaboramos o orçamento de 2024 que, aliás, ameaçavam retardar grandes projetos necessários para o concelho, parece estar afastado para 2025, estando agora o dossier da requalificação da EN222 [Bateiras – S. João da Pesqueira] em pleno desenvolvimento final, a Unidade de Cuidados Continuados aprovada e em fase de lançamento da obra e os avisos de candidaturas para os investimentos previstos no Portugal 2030 lançados.

Também, no âmbito do trabalho desenvolvido pela ANMP, na qual integro o Conselho Diretivo, e como sua consequência, foi possível ver asseguradas algumas medidas mais justas para os municípios, reivindicadas junto do governo, como é o caso da revisão em

alta das verbas relativas ao processo de descentralização de competências e o reforço nas transferências do orçamento de estado.

Por outro lado, o Município foi mais uma vez distinguido pelo seu desempenho exemplar nos Indicadores de Referência ODSlocal com o Prémio ODS Local pelas Dinâmicas Municipais, categoria que valoriza os Municípios ODSlocal que manifestem dinâmicas de evolução mais positivas nos indicadores de progresso do Portal ODSlocal.

O Município foi também recentemente distinguido pela ERSAR – Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos com o “Selo da qualidade exemplar de água para consumo humano”, Edição 2024.

As Demonstrações Previsionais para 2025-2029, que compreendem as Grandes Opções do Plano e o Orçamento e Plano Orçamental Plurianual para 2025-2029, consubstanciam o Oitavo orçamento apresentado por este Executivo, sendo a presente proposta de Grandes Opções do Plano e Orçamento, o reflexo da nossa visão para os próximos períodos económicos, uma aposta na continuidade crescente da eficácia e eficiência dos serviços e o investimento em áreas que consideramos estratégicas e fundamentais para o desenvolvimento do concelho como a educação, a agricultura, o turismo, a saúde, as infraestruturas, e, bem assim, o apoio às freguesias, associações, IPSS`S e Paróquias.

Foi sempre nosso apanágio gerir a Câmara Municipal através de uma gestão financeira rigorosa e transparente, com pagamentos atempados aos nossos fornecedores, e sempre com a ambição de fazer mais e melhor, tendo sempre como foco as pessoas que servimos.

Vamos, assim, prosseguir em 2025 nessa linha de crescimento, aumentando a realização do investimento, com um amplo conjunto de projetos, obras e eventos em todas as áreas da gestão municipal e por todo o concelho, cumprindo os objetivos assumidos e aproveitando os fundos comunitários disponíveis.

A prioridade para 2025, em termos de GOP`S, passa por reforçar o investimento nas subfunções que consideramos mais relevantes, em termos gerais assim definidas:

- Administração Geral e Segurança e Ordem públicas: 2.437.850 €
- Desporto, Recreio e Lazer: 2.215.400 €
- Transportes e vias de comunicação: 1.185.000 €
- Transferência entre Administrações: 1.220.000 €
- Abastecimento de Água: 609.500 €
- Saneamento: 482.950 €
- Resíduos Sólidos: 398.050 €
- Educação: 489.250 €
- Ação Social: 450.000 €
- Saúde: 415.000 €
- Proteção Civil e Luta Contra Incêndios: 355.750 €

Prevemos na subfunção Transportes e Comunicação, com um valor previsto para requalificação de estradas, caminhos e muros agrícolas de 1.185.000 €, beneficiar

investimentos nas freguesias do concelho, acrescendo 271.000 € para arruamentos em diversas freguesias.

Vai avançar definitivamente a construção da Loja do Cidadão de S. João da Pesqueira no atual salão de exposições, com valor estimado de 1.148.000 €, concentrando no mesmo espaço os serviços da Autoridade Tributária, da Segurança Social, dos Institutos dos Registos e Notariado e serviços de Front Office do município, o que trará maior comodidade e permitirá ganhos claros de economia, eficácia e eficiência para os munícipes e para o estado.

No Desporto e Tempos Livres, será de destacar a 2.^a Fase do Parque Desportivo [Estádio Municipal], bem como a 2.^a Fase da requalificação integral das Piscinas Descobertas, a requalificação do Pavilhão Desportivo e das demais infraestruturas desportivas do município, cujo montante de investimento total se estima em 1.700.000 €.

Na Educação, mantêm-se os valores de todas as medidas municipais, os transportes gratuitos, bolsas de estudo sociais e de mérito [que têm vindo a ser reforçadas], apoio para aquisição de livros e material escolar, oferta de computadores, apoio nas viagens de estudo e em todas as atividades desenvolvidas pelo agrupamento de escolas, sendo de destacar as grandes obras de requalificação dos espaços, prevendo-se um valor global total de 4.250.000 €.

Tendo em conta a preocupação com o meio ambiente e as situações de seca que poderão com maior frequência ocorrer, continuamos a prever investimentos que respondam a uma maior eficiência do sistema, monitorização da rede de abastecimento de água e consequente redução de perdas.

Continuaremos, também, a apostar no apoio financeiro às associações e freguesias na construção de infraestruturas e retenção de água e furos para, em situações de emergência, permitirem o regadio das culturas agrícolas mais afetadas, salvaguardando as colheitas dos agricultores. Recordamos, mais uma vez, que o município tem feito um trabalho excecional nesta matéria, sendo um bom exemplo a nível nacional e estando estes investimentos claramente alinhados com os ODS.

Na Cultura, continuamos a apostar nos habituais eventos de maior vulto e dimensão, nos apoios às associações e serviços disponibilizados [Biblioteca, Museus, Cineteatro, entre outros], e os vários eventos municipais conforme detalhado no Plano de Atividades para 2025, atingindo esta subfunção, quer no PPI, quer no PAM, um montante previsto de 1.547.000 €.

No empreendedorismo, apostamos nos apoios para a criação de novas empresas e novos empregos, bem como nas iniciativas de apoio ao comércio tradicional corporizadas pelos vales de compras emitidos pelo município. Continuaremos a assumir-nos, ainda, dos concelhos que maior apoio presta nos investimentos à expansão da rede elétrica para as explorações agrícolas.

No que se refere à melhoria da qualidade de vida dos nossos munícipes, para além das iniciativas levadas a cabo nos últimos anos, nomeadamente no âmbito da Ação Social, com a comparticipação de medicamentos, apoios à natalidade, apoios à beneficiação de habitações sem condições de habitabilidade, o novo ano de 2025 contará no terreno com os projetos dirigidos às pessoas, como os projetos Radar Social, CLDS, Balcão da Inclusão, Grupos vulneráveis, PIPSE.

Em 2025, continua em curso a implementação da Estratégia Local de Habitação, cujo objetivo passa por resolver as principais carências existentes relativamente ao acesso à habitação por parte de públicos desfavorecidos.

Continuamos cientes que são necessárias condições para fixar os mais jovens no concelho, em particular jovens casais. A acrescer a todas as medidas já implementadas, entendemos que o acesso a terrenos para construção a preços acessíveis é fundamental. Neste sentido, equacionamos também a aquisição de terrenos para lotear e alienar a preços acessíveis e mediante cumprimento de determinadas condições, a estipular, obviamente, num regulamento específico a criar para o efeito.

No que se refere à Saúde, continuamos a fazer todos os esforços para dotar o nosso Centro de Saúde com mais equipamentos e com médicos, assim como aprovar e executar a obra de requalificação no âmbito das candidaturas no PRR que possa garantir a fixação de médicos no Concelho, trazendo mais valências para o Centro de Saúde. A definitiva legalização do heliporto junto ao Centro de Saúde será finalizada.

Destacamos, ainda, o apoio às IPSS'S e às Associações Humanitárias dos Bombeiros Voluntários de S. João da Pesqueira e Ervedosa do Douro, estando previstos apoios de 350.000 € em 2025 para financiar a sua atividade e manter as Equipas de Intervenção Permanente em funcionamento.

Em suma, para o ano de 2025, para além de tudo mais, queremos destacar:

- Na componente imaterial (pessoas): o reforço dos apoios de cariz social e educacional, a implementação no terreno dos projetos Radar Social e Promoção do Sucesso Escolar (já em curso), CLDS, Grupos Vulneráveis e Balcão da Inclusão, entre outros;
- Na componente material [grandes obras]: construção do novo Pavilhão Multiusos, Loja do Cidadão, requalificação das escolas sede EB2/3 e secundária e Centro Escolar de S. João da Pesqueira, 2ª Fase do Parque Desportivo, obras de requalificação do Centro de Saúde, renovação de ETAR's e elevatória, requalificação da Rua da Figueira e Praça de Santa Maria, requalificação de infraestruturas de saneamento e águas, atualmente em amianto, consolidação no terreno da ELH e requalificação de caminhos agrícolas.

Para o ano 2025 apresentamos, assim, as Grandes Opções do Plano e Orçamento muito ambiciosos, que refletem um longo caminho de trabalho e dedicação e estratégia consistente com o desenvolvimento do Concelho, salvaguardando, simultaneamente, sempre o equilíbrio das contas públicas, em linha com o que até aqui temos feito.

A Câmara Municipal compromete-se, desta forma, a manter uma gestão financeira equilibrada, rigorosa e ambiciosa, uma gestão transparente e de proximidade, um elevado nível de investimento em projetos, obras e eventos, numa capacidade verdadeiramente reformista.

As Grandes Opções do Plano e o Orçamento 2025 da Câmara Municipal de S. João da Pesqueira são, na verdade, o instrumento base para continuarmos a fazer sempre mais e melhor pelo Concelho e pelas pessoas.

O presente Orçamento valida o compromisso que assumimos com as pessoas, fortalecendo a nossa determinação em continuar com uma gestão pública séria e eficaz, visando o desenvolvimento necessário, mas também sustentável do Município.

Neste oitavo orçamento que apresentamos desde que assumimos a Câmara Municipal, temos a consciência de que fizemos uma trajetória de oito anos pautada pelo trabalho, pela responsabilidade, transparência e visão estratégica, comprometidos com o progresso sustentável, a coesão social e a qualidade de vida dos seus cidadãos, conscientes de que deixaremos um dia o Concelho melhor do que o encontramos, mais dinâmico economicamente, mais inclusivo e socialmente justo”

Acabada a intervenção do Senhor Presidente do Executivo, o Senhor Presidente da Mesa abriu as inscrições para quem pretendesse intervir sobre este Ponto.

Inscreveram-se os Senhores Deputados Joaquim Carvalho, Teófilo Anjos e António Balça.

O Senhor Deputado Joaquim Carvalho iniciou a sua intervenção mencionando que, após a apresentação feita pelo Senhor Presidente da Câmara, se perspetivava um Ano 2025 com grandes números/valores e muita Obra. Frisou, ainda: “é muito dinheiro, e estava-me a lembrar do que temos no relatório do auditor externo, em que está lá bem referido que a dívida está a diminuir e se os pagamentos estão a ser feitos, significa que há uma boa gestão”. Disse esperar que todas essas Obras (tanto materiais como imateriais) vão avante, pois o Concelho bem precisa. E aproveitou para lembrar que, em 50 anos, foi preciso um Movimento Independente para – de uma vez por todas – tirar o Concelho da penumbra, uma vez que o Concelho estava adormecido.

Em jeito de término, o Senhor Deputado Joaquim Carvalho questionou o Presidente do Executivo se, perante tanta Obra, estava previsto recorrer a algum empréstimo, pois, pese embora o relatório do auditor demonstre que há margem para tal, há sempre a questão daquilo que, acresce, ou seja, do que se gasta em juros.

O Senhor Deputado Teófilo dos Anjos iniciou a sua intervenção realçando que aquele era o maior Orçamento de todos os tempos. Nos dizeres do mesmo, “um orçamento com muita ambição, portanto, que também revela um pouco do trabalho que o Executivo tem feito”. Prosseguiu, dizendo que o Orçamento é preciso, e quis frisar: “se o Orçamento é só para 2025 há muito trabalho pela frente, mas ele é preciso, é claro, e muitas das vezes nós temos de colocar a fasquia mais alta, que é para tentarmos (pelo menos) chegar o mais próximo daquilo que é o nosso objetivo. Portanto, nesse sentido, se o Executivo não conseguir cumprir tudo, mas conseguir cumprir mais de metade do que aquilo que tem projetado, eu acho que é bom para todos”, concluiu.

O Senhor Deputado António Balça, por sua vez, venceu que, depois do que ouviu do Senhor Presidente Manuel Cordeiro e do que ouvira dos Colegas, entendia que lhe resta apenas dar os Parabéns ao Executivo, não só pelo que tinha ouvido, mas também pelo que estava para trás e sobre o que estava plasmado neste Orçamento. Disse que se tinha focado essencialmente no Resumo que, no restante, confiava plenamente no Executivo e na sua gestão das prioridades dos investimentos, existindo duas partes que são fundamentais que poderiam ser contempladas com este Orçamento: o Povo e as Juntas de Freguesia. No entanto, notou que as Freguesias estavam todas contentes, e por arrastamento das Juntas de Freguesia estava também o Povo. A seu ver haviam sido contempladas rúbricas que abrangiam áreas essenciais para a continuação do desenvolvimento do Concelho e, também por isso, anunciou que iria votar a favor do Documento/Orçamento.

De seguida foi concedida a palavra ao Senhor Presidente do Executivo para que pudesse responder às questões colocadas.

O Presidente Manuel Cordeiro começou por agradecer a confiança manifestada, tendo considerado que são todos merecedores (Executivo e Assembleia), porque já andavam a trabalhar há sete anos e demonstravam, assim, aquilo que diziam antes: “aquilo que queremos fazer, não pode ser só obra do Executivo, mas também desta Assembleia, que vai aprovando aquilo que queremos fazer, porque confiam em nós!” E aproveitou para realçar que até se poderá conseguir fazer mais, caso consigam executar grande parte da estratégia local de habitação. Frisou, no entanto, que, de acordo com as prestações de contas que vêm fazendo dos anos anteriores, estamos sempre a falar em execuções orçamentais a uma média de 90%.

Relativamente às questões colocadas pelo deputado Joaquim Carvalho, o Presidente do Executivo destacou que, como era óbvio para fazer despesa de vinte milhões, tinham que, atempadamente, prever a receita. Claro que com o contributo dos Fundos Comunitários, mas que são fruto de trabalho, destacando que a Câmara obtém pouca receita dos impostos como IMI, IRS ou Derrama (verifica-se um aumento de cerca de 18%, portanto, em 200 e tal mil euros).

Relativamente à questão de poder ser necessário recorrer a empréstimos, o Senhor Presidente Manuel Cordeiro entroncou o assunto com a necessidade eventual de ter que fazer mais obras nas Freguesias: “obviamente que não é isso que se prevê, basta ler o orçamento e verificar a receita e a despesa para se ver que não há previsão de contração de empréstimo nenhum para realizar a despesa. Nós adequamos a despesa que tencionamos fazer ao montante da receita que sabíamos que íamos ter disponível”, disse.

Em jeito de finalizar a sua intervenção, com foco no Orçamento, nas Contas e na Gestão, o Senhor Presidente do Executivo referiu que a Câmara tem, à data, “valores de dívida muito inferiores àqueles que recebemos em 2017. Portanto, é sinal de que sabemos gerir bem as coisas e, afinal, que podem confiar na Câmara. Se tiver de contrair um empréstimo isso não vai minimamente pôr em causa as Contas da Câmara, como se tem visto até aqui. Portanto, é um orçamento ambicioso. É um orçamento grande. É o culminar de muito daquilo que queríamos fazer no Concelho”.

Não havendo mais inscrições colocou-se à votação o Quarto Ponto da Ordem de Trabalhos, tendo-se registado a abstenção do Senhor Deputado António Froufe. A proposta foi, assim, aprovada por maioria.

O Senhor Presidente da Assembleia, a pedido do Senhor Deputado Frederico Selores, autorizou a sua intervenção para efetuar uma Declaração de Voto. Na sua declaração de Voto, Frederico Selores disse que não interviu anteriormente porque queria esperar pela votação. O seu voto foi a favor por considerar que era um bom Orçamento. “É um orçamento elevado, num momento em que toda a gente - empresas e famílias – lidam com orçamentos muitos escassos. Portanto, vê-se um orçamento elevado, é de louvar. Está alavancado este Orçamento em dois pontos: o Portugal 2030 e o PRR. O PRR existe, neste momento, mas a seguir irá deixar de existir. Portanto, terá de haver um aproveitamento (e acredito que não será só neste município haverá outros municípios que estão a fazer o mesmo aproveitamento desses pontos). E o PRR é efetivamente um bom mecanismo para investimentos estruturais nos Concelhos, há que os aproveitar e estão a ser aproveitados. Estão a ser levados a cabo muitos deles, noutros haverá algumas situações e alguns problemas, nomeadamente a questão das empresas e da mão de obra para fazer as obras, mas também acredito que haverá prorrogação de prazos. Terá de haver, porque é quase impossível fazer tanta obra com as mesmas empresas, como é evidente. O Município de

São João da Pesqueira, tendo um projeto de um milhão, se a Empresa for de Moimenta e a Empresa tiver o mesmo projeto de um milhão na sua terra, a empresa provavelmente vai escolher o projeto de Moimenta, não vem para a Pesqueira, portanto haverá essas condicionantes. Agora é um orçamento importante, é um orçamento elevado, espero sinceramente e acredito que será exequível, esperando também que o dinheiro chegue realmente à economia local, às empresas, às pessoas e a melhor forma de o fazer é através das Juntas de Freguesia”, disse.

O Senhor Presidente da Assembleia iniciou o Quinto ponto da Ordem de Trabalhos (**Análise, discussão e votação do Mapa de Pessoal para o ano de 2025**) e concedeu a palavra ao Senhor Presidente do Executivo para que este pudesse fazer um Resumo do Ponto.

O Senhor Presidente Manuel Cordeiro referiu, apenas, que o Mapa era exatamente o mesmo que havia sido aprovado em Setembro, não se registando qualquer aumento.

Terminada a intervenção do Senhor Presidente do Executivo, o Senhor Presidente da Assembleia abriu as Inscrições para quem pretendesse intervir sobre este Ponto.

Não havendo inscrições, colocou-se à votação o quinto ponto da Ordem de Trabalhos, tendo-se registado a abstenção do Senhor Deputado Tiago Silva. A proposta foi assim aprovada por maioria.

A pedido do Senhor Deputado Tiago Silva foi autorizada a sua intervenção para efetuar uma Declaração de Voto. Nos dizeres do mesmo, votou pela abstenção porque na última Assembleia (se bem se recordavam) aquando da votação da Aprovação do Mapa de Pessoal, também havia votado da mesma forma. Assim, não poderia ter votado da última vez, abstendo-se, e votar, agora, de forma diferente!

Passou-se de seguida à discussão do sexto ponto da Ordem de Trabalhos (**Análise, discussão e votação da Fixação da Taxa Municipal dos Direitos e Passagem para 2025**). O Senhor Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Senhor Presidente do Executivo, para que este pudesse fazer um Resumo deste Ponto da Ordem de Trabalhos. O Presidente Manuel Cordeiro explicou que a Taxa a aplicar era a habitual, sendo o seu valor exatamente o mesmo que tem vindo a ser fixado nos anos anteriores, ou seja 0.25%.

Acabada a intervenção do Senhor Presidente do Executivo, o Senhor Presidente da Mesa abriu as Inscrições para quem pretendesse intervir sobre este Ponto.

Não havendo inscrições, colocou-se à votação o Sexto Ponto da Ordem de Trabalhos, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Relativamente aos Pontos 7 a 17, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à consideração do Plenário a votação sucessiva de cada um destes pontos, informando que o respetivo Presidente de Junta não poderia votar o Protocolo da sua Freguesia.

Passou-se, de seguida, à discussão do Sétimo Ponto da Ordem de trabalhos (**Análise, discussão e votação do Protocolo de Colaboração de Apoio Financeiro para a realização de investimentos diversos por parte da Freguesia do Castanheiro do Sul**) tendo sido dada a palavra ao Senhor Presidente do Executivo para que este pudesse fazer um Resumo deste Ponto da Ordem de Trabalhos.

O Senhor Presidente da Câmara explicou que estes documentos se dividiam em três: os autos, os contratos interadministrativos e os protocolos. Cada Freguesia tem três. Os

protocolos são referentes a obras que as Juntas queiram fazer e alguma ajuda na manutenção dos cemitérios. Os contratos interadministrativos são para a recolha de lixo, por isso é que não estão aqui as Freguesias todas, onde o nosso camião não vai delegar-se essa competência na Junta de Freguesia com o respetivo valor. Os autos foram feitos com base no Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de Abril, que diz respeito às limpezas das ruas e pequenas reparações nas escolas.

Acabada a intervenção do Sr. Presidente do Executivo, o Senhor Presidente da Assembleia abriu as inscrições para quem pretendesse intervir sobre este Ponto.

Não havendo inscrições, a Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Castanheiro do Sul ausentou-se e o Senhor Presidente da Assembleia colocou o Ponto à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Passou-se, de seguida, à discussão do Oitavo Ponto da Ordem de trabalhos: **Análise, discussão e votação do Protocolo de Colaboração de Apoio Financeiro para a realização de investimentos diversos por parte da Freguesia de Ervedosa do Douro.** O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ervedosa do Douro ausentou-se e o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Passou-se, de seguida, à discussão do Nono Ponto da Ordem de Trabalhos: **Análise, discussão e votação do Protocolo de Colaboração de Apoio Financeiro para a realização de investimentos diversos por parte da Freguesia de Nagoselo do Douro.**

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Nagoselo do Douro ausentou-se e o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Passou-se, de seguida, à discussão do Décimo Ponto da Ordem de Trabalhos: **Análise, discussão e votação do Protocolo de Colaboração de Apoio Financeiro para a realização de investimentos diversos por parte da Freguesia de Paredes da Beira.**

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Paredes da Beira ausentou-se e o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Passou-se, de seguida, à discussão do Décimo Primeiro Ponto da Ordem de Trabalhos: **Análise, discussão e votação do Protocolo de Colaboração de Apoio Financeiro para a realização de investimentos diversos por parte da Freguesia de Riodades.**

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Riodades ausentou-se e o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Passou-se, de seguida, à discussão do Décimo Segundo Ponto da Ordem de Trabalhos: **Análise, discussão e votação do Protocolo de Colaboração de Apoio Financeiro para a realização de investimentos diversos por parte da Freguesia de Soutelo do Douro.**

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Soutelo do Douro ausentou-se e o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação, o qual foi aprovado por unanimidade.

Passou-se, de seguida, à discussão do Décimo Terceiro Ponto da Ordem de trabalhos: **Análise, discussão e votação do Protocolo de Colaboração de Apoio Financeiro para a realização de investimentos diversos por parte da Freguesia de Vale de Figueira**

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Figueira ausentou-se e o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação, o qual foi aprovado por unanimidade.

Passou-se, de seguida, à discussão do Décimo Quarto Ponto da Ordem de trabalhos: **Análise, discussão e votação do Protocolo de Colaboração de Apoio Financeiro para a realização de investimentos diversos por parte da Freguesia de Valongo dos Azeites.**

A Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Valongo dos Azeites ausentou-se e o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação, o qual foi aprovado por unanimidade.

Passou-se, de seguida, à discussão do Décimo Quinto Ponto da Ordem de Trabalhos: **Análise, discussão e votação do Protocolo de Colaboração de Apoio Financeiro para a realização de investimentos diversos por parte da União de Freguesias de São João da Pesqueira e Várzea de Trevões.**

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de São João da Pesqueira e Várzea de Trevões ausentou-se e o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação, o qual foi aprovado por unanimidade.

Passou-se, de seguida, à discussão do Décimo Sexto Ponto da Ordem de Trabalhos: **Análise, discussão e votação do Protocolo de Colaboração de Apoio Financeiro para a realização de investimentos diversos por parte da União de Freguesias de Trevões e Espinhosa.**

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Trevões e Espinhosa ausentou-se e o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação, o qual foi aprovado por unanimidade.

Passou-se, de seguida, à discussão do Décimo Sétimo Ponto da Ordem de Trabalhos: **Análise, discussão e votação do Protocolo de Colaboração de Apoio Financeiro para a realização de investimentos diversos por parte da União de Freguesias de Vilarouco e Pereiros.**

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Vilarouco e Pereiros ausentou-se e o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação, o qual foi aprovado por unanimidade.

Relativamente aos Pontos 18 a 24, o Sr. Presidente da Assembleia colocou à consideração do Plenário a votação sucessiva de cada um destes pontos, tendo informado que o respetivo Presidente de Junta não poderia votar o Protocolo da sua Freguesia.

Passou-se, de seguida, à discussão do Décimo Oitavo Ponto da Ordem de Trabalhos: **Análise, discussão e votação da Proposta de Minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competência entre o Município de S. João da Pesqueira e a Freguesia de Ervedosa do Douro)** tendo o Senhor Presidente do Executivo dispensado a apresentação deste ponto da Ordem do dia, por já ter sido realizada no Ponto sétimo.

De seguida, o Senhor Presidente da Mesa abriu inscrições para quem pretendesse intervir sobre este ponto. Não havendo Inscrições, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ervedosa do Douro ausentou-se e o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Passou-se, de seguida, à discussão do Décimo Nono Ponto da Ordem de Trabalhos: **Análise, discussão e votação da Proposta de Minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município de S. João da Pesqueira e a Freguesia de Paredes da Beira.**

De seguida, o Senhor Presidente da Mesa abriu inscrições para quem pretendesse intervir sobre este ponto. Não havendo inscrições, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Paredes da Beira ausentou-se e o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Passou-se, de seguida, à discussão do Vigésimo Ponto da Ordem de Trabalhos: **Análise, discussão e votação da Proposta de Minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município de S. João da Pesqueira e a Freguesia de Riodades.**

De seguida, o Senhor Presidente da Mesa abriu inscrições para quem pretendesse intervir sobre este ponto. Não havendo inscrições, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Riodades ausentou-se e o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Passou-se, de seguida, à discussão do Vigésimo Primeiro Ponto da Ordem de Trabalhos: **Análise, discussão e votação da Proposta de Minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município de S. João da Pesqueira e a Freguesia de Vale de Figueira.**

De seguida, o Senhor Presidente da Mesa abriu inscrições para quem pretendesse intervir sobre este ponto. Não havendo inscrições, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Figueira ausentou-se e o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Passou-se, de seguida, à discussão do Vigésimo Segundo Ponto da Ordem de Trabalhos: **Análise, discussão e votação da Proposta de Minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município de S. João da Pesqueira e a União de Freguesias de São João da Pesqueira e Várzea de Trevões.**

De seguida, o Senhor Presidente da Mesa abriu inscrições para quem pretendesse intervir sobre este ponto. Não havendo inscrições, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de São João da Pesqueira e Várzea de Trevões ausentou-se e o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Passou-se, de seguida, à discussão do Vigésimo Terceiro Ponto da Ordem de Trabalhos: **Análise, discussão e votação da Proposta de Minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município de S. João da Pesqueira e a União de Freguesias de Trevões e Espinhosa.**

De seguida, o Senhor Presidente da Mesa abriu inscrições para quem pretendesse intervir sobre este ponto. Não havendo inscrições, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Trevões e Espinhosa ausentou-se e o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Passou-se, de seguida, à discussão do Vigésimo Quarto Ponto da Ordem de Trabalhos: **Análise, discussão e votação da Proposta de Minuta do Contrato Interadministrativo**

de Delegação de Competências entre o Município de S. João da Pesqueira e a União de Freguesias de Vilarouco e Pereiros.

De seguida, o Senhor Presidente da Mesa abriu inscrições para quem pretendesse intervir sobre este ponto. Não havendo inscrições, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Vilarouco e Pereiros ausentou-se e o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Relativamente aos Pontos 25 a 35, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à consideração do Plenário a votação sucessiva de cada um destes pontos, sendo que o respetivo Presidente de Junta não poderia votar o Protocolo da sua Freguesia.

Passou-se, de seguida, à discussão do Vigésimo Quinto Ponto da Ordem de Trabalhos: **Análise, discussão e votação do quadro de transferência de competências para a Freguesia de Castanheiro do Sul)** tendo o Senhor Presidente do Executivo dispensado a apresentação deste ponto da Ordem do dia, por já ter sido realizada no Ponto Sétimo.

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia abriu as inscrições para quem pretendesse intervir sobre este ponto.

Não havendo inscrições, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Castanheiro do Sul ausentou-se e o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Passou-se, de seguida, à discussão do Vigésimo Sexto Ponto da Ordem de Trabalhos: **Análise, discussão e votação do quadro de transferência de competências para a Freguesia de Ervedosa do Douro.**

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia abriu as inscrições para quem pretendesse intervir sobre este ponto.

Não havendo inscrições, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ervedosa do Douro ausentou-se e o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Passou-se, de seguida, à discussão do Vigésimo Sétimo Ponto da Ordem de Trabalhos: **Análise, discussão e votação do quadro de transferência de competências para a Freguesia de Nagoselo do Douro.**

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia abriu as inscrições para quem pretendesse intervir sobre este ponto.

Não havendo inscrições, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Nagoselo do Douro ausentou-se e o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Passou-se, de seguida, à discussão do Vigésimo Oitavo Ponto da Ordem de Trabalhos: **Análise, discussão e votação do quadro de transferência de competências para a Freguesia de Paredes da Beira.**

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia abriu as inscrições para quem pretendesse intervir sobre este ponto.

Não havendo inscrições, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Paredes da Beira ausentou-se e o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Passou-se, de seguida, à discussão do Vigésimo Nono Ponto da Ordem de Trabalhos: **Análise, discussão e votação do quadro de transferência de competências para a Freguesia de Riodades.**

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia abriu as inscrições para quem pretendesse intervir sobre este ponto.

Não havendo inscrições, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Riodades ausentou-se e o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Passou-se, de seguida, à discussão do Trigésimo Ponto da Ordem de Trabalhos: **Análise, discussão e votação do quadro de transferência de competências para a Freguesia de Soutelo do Douro.**

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia abriu as inscrições para quem pretendesse intervir sobre este ponto.

Não havendo inscrições, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Soutelo do Douro ausentou-se e o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Passou-se, de seguida, à discussão do Trigésimo Primeiro Ponto da Ordem de Trabalhos: **Análise, discussão e votação do quadro de transferência de competências para a Freguesia de Vale de Figueira.**

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia abriu as inscrições para quem pretendesse intervir sobre este ponto.

Não havendo inscrições, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Figueira ausentou-se e o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Passou-se, de seguida, à discussão do Trigésimo Segundo Ponto da Ordem de Trabalhos: **Análise, discussão e votação do quadro de transferência de competências para a Freguesia de Valongo dos Azeites.**

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia abriu as inscrições para quem pretendesse intervir sobre este ponto.

Não havendo inscrições, a Senhora Presidente da Junta de Freguesia Valongo dos Azeites ausentou-se e o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Passou-se, de seguida, à discussão do Trigésimo Terceiro Ponto da Ordem de Trabalhos: **Análise, discussão e votação do quadro de transferência de competências para a União de Freguesias de São João da Pesqueira e Várzea de Trevões**

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia abriu as inscrições para quem pretendesse intervir sobre este ponto.

Não havendo inscrições, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de S. João da Pesqueira e Várzea de Trevões ausentou-se e o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Passou-se, de seguida, à discussão do Trigésimo Quarto Ponto da Ordem de Trabalhos: **Análise, discussão e votação do quadro de transferência de competências para a União de Freguesias de Trevões e Espinhosa.**

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia abriu as inscrições para quem pretendesse intervir sobre este ponto.

Não havendo inscrições, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Trevões e Espinhosa ausentou-se e o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Passou-se, de seguida, à discussão do Trigésimo Quinto Ponto da Ordem de Trabalhos: **Análise, discussão e votação do quadro de transferência de competências para União de Freguesias de Vilarouco e Pereiros.**

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia abriu as inscrições para quem pretendesse intervir sobre este ponto.

Não havendo inscrições, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Vilarouco e Pereiros ausentou-se e o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Passou-se, de seguida, à discussão do Trigésimo Sexto Ponto da Ordem de Trabalhos: **Análise, discussão e votação da Carta Educativa de 2.ª Geração do Município de São João da Pesqueira**, tendo sido dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para que este pudesse fazer um resumo deste Ponto.

O Senhor Presidente da Câmara explicou que a Carta Educativa é obrigatória nos termos do Decreto-Lei n.º 21/2019, e visa-se neste ponto fundamentar um investimento que é feito na área da educação, quer no que respeita a intervenções em estruturas físicas quer em termos de equipamentos e tecnologias, tratando-se de um documento de planeamento estratégico e também relacionado com as candidaturas de CLDS de combate ao insucesso escolar. “Nós temos assim de ter esta carta educativa aprovada, a que tínhamos anteriormente datava de 2017, portanto, esta é, de facto, uma carta educativa de segunda geração e que cumpre o mencionado Decreto-Lei. Dizer que este documento também já foi submetido ao Instituto de Gestão Financeira e da Educação na plataforma, como era a nossa obrigação, e que respondeu da seguinte forma: “Senhor Presidente de Câmara, somos a comunicar que a Carta Educativa da Câmara Municipal reúne as condições para pronúncia positiva do Ministério da Educação, a coberto do Decreto-Lei n.º 21/2019”, solicitando que seja anexada na plataforma depois de aprovado o parecer da Assembleia Municipal sobre o documento”.

Terminada a intervenção do Senhor Presidente do Executivo, o Senhor Presidente da Assembleia abriu as inscrições para quem pretendesse intervir sobre este ponto. Não havendo inscrições, colocou a votação o Trigésimo Sexto Ponto da Ordem de Trabalhos, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Passou-se, de seguida, à discussão do Trigésimo Sétimo Ponto da Ordem de Trabalhos: **Análise, discussão e votação do Pedido de Reconhecimento de Empreendimento de Carácter Estratégico de um Empreendimento Turístico em Espaço Rural)**, tendo sido dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para que este pudesse fazer um Resumo deste Ponto.

O Senhor Presidente da Câmara informou que, sem prejuízo do cumprimento de todas as questões legais, pareceres e tudo mais, este era outro pedido que Terceiros faziam relativamente ao investimento, desta feita em Paredes da Beira. Considerou que tinha todo o interesse para o Município e desejou que o mesmo fosse desenvolvido.

Acabada a intervenção do Senhor Presidente do Executivo, o Senhor Presidente da Assembleia abriu as inscrições para quem pretendesse intervir sobre este ponto. Não havendo inscrições colocou a votação o Trigesimo Sétimo Ponto da Ordem de Trabalhos, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Passou-se de seguida à discussão do Ponto Trigesimo Oitavo da Ordem de Trabalhos: **Análise, discussão e votação do Pedido de Autorização para Assunção de Compromissos Plurianuais - Participação Financeira à Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de São João da Pesqueira para Construção de uma Unidade de Cuidados Continuados**), tendo sido dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para que este pudesse fazer um Resumo deste Ponto.

O Senhor Presidente da Câmara informou que a Misericórdia foi contemplada com 20 camas de longa duração e 10 de curta (poderia depois ter outras 10, isso ainda está a ser negociado) sendo financiados em trinta e tal mil euros por cama, julgando que o valor iria ser aumentado para os 50.000, estando previsto um investimento de mais de dois milhões e meio de euros, no âmbito do PRR. O investimento estimado, tal como consta no número 9 da Minuta de Protocolo, será de dois milhões e setecentos mil euros, sendo que aquilo que se propunha era o mesmo que o Município já fizera noutras IPSS: financiar em 34% o valor não participado, pelo prazo de 15 anos, a que corresponde uma participação mensal de 2.833€, sem prejuízo depois de se acertarem as contas, como já acertamos com outras IPSS, e que depois até obtiveram financiamento maior.

Terminada a intervenção do Senhor Presidente do Executivo, o Senhor Presidente da Assembleia abriu as inscrições para quem pretendesse intervir sobre este ponto. Não havendo inscrições colocou a votação o Trigesimo Oitavo Ponto da Ordem de Trabalhos, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Passou-se de seguida à discussão do Ponto Trigesimo Nono da Ordem de Trabalhos: **Análise, discussão e votação do Procedimento de Concurso Internacional para o Serviço de Transporte Público**), tendo sido dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para que este pudesse fazer um resumo deste Ponto.

O Senhor Presidente da Câmara informou que este ponto surgia na sequência da Delegação de Competências que havia sido feita há cerca de dois anos na CIMDouro (todos os Municípios, à exceção de Lamego no que respeita ao Transporte Público) mas entendia-se, agora que, de facto, para se lançar o Concurso, os valores, as rotas, tudo tem que tem que ser aprovado em Assembleia Municipal, incluindo o procedimento, e era isso que se colocava à consideração.

Terminada a intervenção do Senhor Presidente do Executivo, o Senhor Presidente da Assembleia abriu as inscrições para quem pretendesse intervir sobre este ponto. Não havendo inscrições colocou a votação o Trigesimo Nono Ponto da Ordem de Trabalhos, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia solicitou ao Plenário a aprovação em minuta dos pontos 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25,

26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38 e 39, a fim de terem eficácia externa. O Plenário aprovou por unanimidade.

ENCERRAMENTO

O Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a reunião às 16 horas e 32 minutos, agradecendo a presença de todos e desejando para os presentes e respectivas Famílias um Santo e Feliz Natal, o qual se deveria esperar que fosse uma época de fraternidade e paz entre os Homens, mas que infelizmente está marcado pela incompreensão, pela injustiça e pela falta de humanidade a que diariamente assistimos, com conflitos armados apenas justificados pela ambição e poder desmedidos, o que a todos nos afeta, e que nos deve preocupar e alertar para os tempos difíceis que se avizinham.

Relembrou que, quem necessitasse de justificação de falta, se deveria dirigir à Mesa.

Dos trabalhos em agenda foi lavrada a presente ata que, depois de lida, posta a votação e aprovada por maioria irá ser assinada pelos Membros que compuseram a Mesa e a redigiram.

O Presidente da Assembleia Municipal



1.º Secretário

O 2.º Secretário